

Discursos que concorrem para a produção de infância e maternidade em políticas de inclusão social

Carin Klein¹

Resumo:

Neste artigo, evidencio como o tema da infância é acionado no âmbito da política Primeira Infância Melhor (PIM/RS) a fim de responsabilizar as mulheres-mães pelo desenvolvimento infantil saudável. Utilizo os aportes dos Estudos de Gênero e Culturais, em aproximação da perspectiva pós-estruturalista, principalmente da análise do discurso de inspiração foucaultiana. O material empírico foi produzido por meio do cruzamento de informações de diferentes fontes: documentos oficiais e atividades que integram o PIM, conforme registradas em diário de campo. Cabe destacar que a construção de sentidos relacionados ao PIM atua na formação da seguinte equação: presença materna = desenvolvimento infantil saudável.

Palavras-chave: Infância. Maternidade. Políticas públicas. “Primeira Infância Melhor”

Discourses that both compete for the production of childhood and motherhood in social inclusion policies

Abstract:

In this paper, I have shown how the topic of childhood has been used in the sphere of the policy known as Better Early Childhood (PIM/RS) in order to make mothers responsible for healthy child development. I have used contributions from Gender and Cultural Studies, in an approximation to the post-structuralist perspective, particularly the Foucauldian discourse analysis. The empirical material was produced by crosschecking data from different sources: official documents and PIM activities recorded in a field journal. It is worth highlighting that the construction of meanings related to PIM has led to the following equation: mother's presence = healthy child development.

Keywords: Childhood. Motherhood. Public policies. BetterEarlyChildhood.

O Primeira Infância Melhor (PIM) está colocado como executor metodológico do Programa Criança Feliz (PCF) no Estado e capacita, assessora, apoia na elaboração de materiais e na proposição de estratégias, sendo tomado como referencial pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) para aspectos importantes como a Estrutura e Metodologia da Visita Domiciliar, entre outros. (RGS, s/d b).

¹ Doutora em Educação pela UFRGS. Membro do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Pedagogia da ULBRA/RS. Seus interesses direcionam-se para as temáticas de gênero, maternidade, infância, educação e políticas públicas de inclusão social.

Textura	Canoas	v. 20 n. 43	p.53-78	maio/ago 2018
---------	--------	-------------	---------	---------------

O Programa Criança Feliz (PCF)² foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário por meio do decreto 8.869/2016, do dia 05/10/2016. As propostas do Criança Feliz tomam como base os conhecimentos e a metodologia instituídos em 2003 mediante a implantação do Programa Primeira Infância Melhor (PIM),³ que já completa 15 anos no estado do Rio Grande do Sul. Vale dizer que o PIM se tornou o “executor metodológico” do Programa Criança Feliz, pois, além de caminharem juntos na “sensibilização, articulação, implantação e execução de ambos os programas”, há o objetivo de estabelecer “construções conjuntas envolvendo profissionais da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSTJDH), Secretaria da Educação (SEDUC) e da Secretaria da Saúde (SES)” (RGS, s/db).

Desde 2003, investigo políticas de inclusão social direcionadas as famílias pobres ou que vivem em situação de vulnerabilidade social no Brasil contemporâneo. Esses estudos buscaram evidenciar como o Programa Nacional de Bolsa Escola (1999-2003), incorporado pelo atual Programa de Bolsa Família, e a Política Primeira Infância Melhor/RS (2003-2018) atuavam/atuam na constituição e veiculação de estratégias discursivas que tratavam/tratam de colocar na “natureza” dos sujeitos, mas principalmente na das mulheres, a responsabilidade quase integral por comportamentos e ações relacionadas à educação e à promoção da saúde das crianças, sem levar em conta, na maior parte das vezes, as dimensões sociais, culturais e políticas que envolviam/envolvem os processos de educação e(m) saúde.

Esses ensinamentos estão voltados a produzir e a unificar um conjunto de significações relativas a comportamentos, sentimentos, gestos, organização, usos dos espaços, tarefas domésticas, cuidados com a família e atividades pedagógicas para o desenvolvimento infantil saudável, dentre outros. Dessa forma, atua para a formulação de regimes de verdades que, ao mesmo tempo

²O Criança Feliz é um programa do governo federal e foi instituído por meio do Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016 tendo como fundamento a Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016, que trata do Marco Legal da Primeira Infância. A primeira infância é o período que abrange os seis primeiros anos completos, ou seja, os 72 meses de vida da criança.” (BRASIL, 2017, p. 9)

³O PIM foi lançado pelo então governador do estado do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, no dia 7 de abril de 2003, Dia Mundial da Saúde. Embasado na experiência teórico-metodológica do programa cubano *Educa Tu Hijo*, tornou-se política pública em 3 de julho de 2006, com a lei estadual n. 12.544/2006. Vale lembrar que o atual ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, foi Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul nos governos Germano Rigotto (2003-2007) e Ieda Cruzius (2007-2011), período em que o PIM foi implantado como Programa e implementado como Política Pública nesse estado.

que buscam reger o que deve ser dito e feito, com quem, para quem e em que circunstâncias, investem na delimitação de conceitos como família, maternidade e infância, por exemplo, que estão no bojo da operacionalização da chamada “inclusão social” proposta pelo Estado e que para ela se tornam decisivos.

Na introdução deste artigo, mostro a articulação entre o PIM e o PCF, a fim de revisitar a produção de alguns dados de campo e discussões teóricas de minha investigação de doutorado (KLEIN, 2010). Meu objetivo é evidenciar como o tema da infância é acionado no âmbito do PIM para responsabilizar as mulheres-mães pelo desenvolvimento infantil saudável. Para pensar na articulação entre o tema da infância e da maternidade, parto das seguintes questões: que discursos concorrem para a produção da infância em políticas de inclusão social como o PIM? Que enunciados sobre o desenvolvimento infantil são acionados para a responsabilização das mulheres-mães? Utilizo como aportes os Estudos de Gênero e Culturais, em aproximação da perspectiva pós-estruturalista, principalmente da análise do discurso de inspiração foucaultiana. O material empírico foi produzido por meio do cruzamento de informações de diferentes fontes: documentos oficiais e atividades que integram o PIM, conforme registradas em diário de campo.

Ao aprofundar tanto as leituras dos documentos que norteavam/norteiam as ações referentes ao PIM quanto a participação em algumas das suas atividades,⁴ pude perceber a articulação entre discursos provenientes de diferentes campos do conhecimento, os quais produzem e reatualizam lições e formas de cuidar específicas ao investirem em ações programáticas direcionadas para a promoção do desenvolvimento infantil. Argumento que os ensinamentos e orientações dirigidos às famílias envolvem conhecimentos sobre a infância provenientes do discurso da psicologia do desenvolvimento, que investiu/investe na criança “natural” e na mãe cuidadora, e do discurso da neurociência, que preconiza a maleabilidade cerebral da criança, ao mesmo tempo que aponta a plasticidade infantil, a fim de moldar a criança como uma “aposta para o futuro”. Para realização dessa discussão, parto do pressuposto de que, no contexto contemporâneo, a produção e a (re)atualização de discursos veiculados no campo das políticas de inclusão social e/ou de educação e(m) saúde funcionam para produzir e sustentar uma relação linear,

⁴O trabalho de campo de caráter etnográfico foi realizado no município de Canoas/RS e ocorreu ao longo de 11 meses – de março de 2007 a janeiro de 2008 –, envolvendo observação e registro das atividades referentes ao PIM, além de seleção e análise dos documentos oficiais.

de causa-efeito, entre educação das famílias e resolução de problemas sociais vinculados, também de forma linear, com situações de pobreza, violência e vulnerabilidade social.

Divulgando a noção de criança “natural” do PIM

Política pública pioneira no Brasil, o Primeira Infância Melhor (PIM) é uma ação transversal de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância. Desenvolve-se através de visitas domiciliares e comunitárias realizadas semanalmente a famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, visando o fortalecimento de suas competências para educar e cuidar de suas crianças. [...] Fundamenta-se teoricamente nos pressupostos de Vygotsky, Piaget, Bowlby, Winnicott e Bruner, além dos recentes estudos da Neurociência. Igualmente trabalha com referências multidisciplinares visando o desenvolvimento integral da infância. (RGS, s/da, p, 2-3).

Como ciência da “natureza” infantil, podem-se reconhecer os conhecimentos da psicologia, especialmente da psicologia do desenvolvimento,⁵ embasando o trabalho do PIM,⁶ cuja proposta leva em conta as quatro dimensões do desenvolvimento humano: linguagem e comunicação, motricidade, socioafetiva e cognitiva (RGS, 2018). A partir dos diferentes campos discursivos que atuam na constituição da infância descrita no PIM, podemos visibilizar, na perspectiva da psicologia evolutiva e/ou do desenvolvimento, a produção de referentes, fundamentalmente, de família, maternidade e infância.

⁵Ao discutir a conceituação e denominação da psicologia evolutiva e/ou do desenvolvimento, Merval Rosa (1988) diz que a grande maioria dos livros existentes em língua portuguesa sobre a psicologia evolutiva aparece sob o título de *psicologia do desenvolvimento*, uma tradução da disciplina que, em inglês, se chama *Developmental Psychology*.

⁶ Segundo Ângela Biaggio (1988), o conhecimento em psicologia pode ser encontrado em teorias contraditórias e conflitantes, porém, o que ela deseja enfatizar é “[...] que a Psicologia é uma ciência natural e, como tal, só deve afirmar fatos observáveis através da pesquisa empírica e formular teorias coerentes com os requisitos da metodologia científica” (BIAGGIO, 1988, p.10). A autora, ao buscar apresentar uma visão geral das atuais correntes da psicologia do desenvolvimento, nomeia fundamentalmente três teorias e, a partir delas, alguns de seus principais autores: teoria cognitiva (Piaget), behaviorista ou da aprendizagem social (Skinner, Bandura, Bijou) e psicanalítica-neopsicanalítica (Freud, Hartmann, Rappaport, Erik Erikson, Loevinger, Spitz, Bowlby).

Indicar que o desenvolvimento infantil requer que a família conheça e aprenda atividades “de acordo com cada faixa etária de seu filho, [em que] são contemplados as necessidades e o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos” (RGS, 2016, p. 9), supõe que a família aprenda os elementos utilizados na identificação do que é comum a esse ou a outros períodos de vida. Com isso, a vida passa a ser “dividida” em períodos ou fases, que, por sua vez, se tornam objeto de investimento e aprimoramento. Philippe Ariès (1981), ao estudar as “idades da vida” desde a Idade Média, observou sua correlação não apenas com as etapas biológicas, mas também com as funções sociais que foram sendo designadas aos indivíduos ao longo dos tempos. A noção de que a demarcação das etapas da vida deveria corresponder a tipos físicos, funções, atividades e formas de vestir e comportar-se foi produzindo uma periodização, cuja fixidez supostamente obedecia ao ciclo da natureza ou às formas de organização da sociedade. Dentre seus argumentos, o autor mostra que nomeações como “primeira idade”, “*pueri*”, “primeira infância”, “juventude” ou “adolescência”, entre outras, contribuíram para a investigação de aspectos comuns e permitiram a formulação de conhecimentos que subsidiaram e reordenaram tanto as relações de socialização quanto os modelos educativos e institucionais cunhados em diferentes épocas.

Analisando os discursos que se enunciam sobre a infância, Maria Isabel Bujes (2002) assinala que o discurso psicológico e o discurso pedagógico têm construído posições de sujeito ancoradas em certas verdades sobre o sujeito infantil e que noções de desamparo, abandono, pureza, inocência e, eu acrescentaria, vulnerabilidade e cuidado têm sido empregadas para justificar medidas de proteção e a produção de intervenções educacionais aliadas à produção de novos saberes sobre a infância. Segundo a autora, na organização da sociedade, desde o século XVI, humanistas e reformadores percebem o sujeito infantil como um ser inacabado, faltoso, descrevendo-o a partir do reconhecimento e da necessidade de seu resguardo e proteção, isto é, “apto a ser adestrado, por ser maleável – cera branda, argila úmida” (BUJES, 2002, p. 46). Isso serve para apontar o quanto diferentes teorizações sobre a infância incidem sobre as formulações (atuais ou não) dirigidas a essa etapa de vida dos sujeitos humanos, a ela associando iniciativas de cuidado, educação e socialização, além de apontarem que características, capacidades e atributos do desenvolvimento infantil precisam ser tomados enquanto progressão natural (BUJES, 2002).

Vejamos, por exemplo, como são descritas as atividades voltadas às famílias para assegurar “o desenvolvimento das crianças em ambientes

saudáveis e seguros”, no âmbito do PIM (RGS, 2016, p. 9). No Guia da Família, são apresentados quadros que evidenciam os indicadores do desenvolvimento, ou seja, o que a criança “consegue fazer sozinha”, “consegue fazer com ajuda” ou “ainda não consegue fazer” ao final dos nove meses de vida (RGS, 2016, p. 29), como podemos ver abaixo:

Conforme o quadro a seguir, observe o que o seu filho pode fazer **ao final dos 9 meses de vida**. Caso haja algo que ainda não consiga fazer sozinho, não se preocupe. Continue estimulando diariamente e logo ele estará fazendo.⁷

INDICADORES DOS 6 MESES ATÉ COMPLETAR 9 MESES	Consegue fazer sozinho	Consegue fazer com ajuda	Ainda não consegue fazer
Começa a arrastar-se e/ou engatinhar			
Senta sozinho e conserva o equilíbrio			
Agarra pequenos objetos com dois dedos			
Coloca e tira objetos de diferentes tamanhos em uma caixa ou recipiente de boca larga			
Procura objetos que lhe chamam a atenção quando alguém os esconde propositalmente			
Brinca de atirar e buscar objetos			
Emite sons e imita outros que ouve			
Presta atenção quando ouve seu nome			
Segura e transfere objetos de uma mão para outra			

⁷Em outro artigo, exploro os indicadores do desenvolvimento infantil do PIM a fim de argumentar como posicionavam as mulheres como mães amorosas, educadoras e nutrizes “naturais” e culturais das crianças. (KLEIN, 2012).

O Guia da Família foi elaborado para servir de base às visitas domiciliares, a fim de materializar orientações e conhecimentos de forma progressiva, especificando o que deve corresponder a cada “fase” ou período do desenvolvimento infantil. Nesse sentido, o Guia da Família torna-se uma importante ferramenta educativa e, eu diria, avaliativa, pois investe com um tom imperativo na constituição de um sujeito mãe, ensinando “o que seu filho já pode fazer”, “com sua ajuda e dedicação”, “por volta” de cada “fase” do desenvolvimento. Além disso, o Guia traz ensinamentos que parecem aproximar, simbolicamente, as famílias alvo do PIM de situações de violência e vulnerabilidade social ao indicar reiteradamente: “Dê carinho!”; “Dê ordens simples sempre com a voz suave e carinhosa”; “Retribua os sorrisos de seu filho. Atenda quando ele chamar para que se sinta seguro e feliz”; “Leve o bebê para passear, para que se acostume com outras pessoas. Não o deixe sozinho com pessoas e em lugares estranhos” (RGS, 2016, p. 30-31). As ilustrações também indicam aspectos referentes à organização do lar, gestos amorosos (da mãe) durante a alimentação das crianças, objetos que devem ser oferecidos para a estimulação adequada, atividades que devem ser realizadas, assim como o que é esperado “para o período dos 9 meses até completar 12 meses”. Vejamos a imagem correspondente:



Embora as narrativas sobre a infância sejam cambiantes, variantes e particulares de cada época, a referência a uma suposta “natureza infantil” tornou-se recorrente entre filósofos, humanistas e reformadores sociais dos séculos XVI, XVII e XVIII. Essa natureza trata de atribuir à infância certas aptidões, padrões de desenvolvimento, “indicadores”, talentos e dons específicos, isto é, “*qualidades naturais* – as ditas potencialidades – [que] estão à espera para serem desenvolvidas, cabendo às diferentes gerações o seu aperfeiçoamento, num processo gradual e cumulativo [...]” (BUJES, 2002, p. 51). Nesse sentido, o principal objetivo do projeto educacional moderno foi civilizar, produzindo regras de conduta e ordenamento para os seres humanos e agindo diretamente sobre o distanciamento entre a natureza infantil, tomada como algo primitivo, e o tornar-se (de forma evolutiva) homem. Esse continua

a ser um objetivo importante nos dias atuais, evidenciado no âmbito das políticas contemporâneas de inclusão social.

Foi com o predomínio da razão, no contexto do projeto iluminista, que a educação universal, científica e institucionalizada tomou força, devendo “libertar” o indivíduo – por intermédio do conhecimento – da irracionalidade, dos desvios e das paixões. Desse modo, tanto a infância quanto a sua educação tornam-se preocupações não mais restritas às famílias, envolvendo organizações sociais diversas e convertendo-se em alvos de interesse de distintas classes profissionais e de iniciativas sociais e governamentais, como é o caso do PIM e, recentemente, do Criança Feliz.

Para Bujes (2002), é preciso lembrar que, no arcabouço teórico da pedagogia científica, esteve o evolucionismo darwiniano, em que a “lei biogenética” serviu como principal referência aos modelos educativos, tendo como ponto central as noções de evolução e progresso. Ao fazer referência à proliferação que ocorreu no interior do campo *psi* (psicologia infantil, psicologia do desenvolvimento, psicologia genética, psicanálise, etc.) e à incorporação desses conhecimentos nos discursos pedagógicos, a autora indica as profundas influências que as normas explicativas provenientes desses campos de saber produziram/produzem para a compreensão da infância contemporânea, em especial da infância pobre.

A psicologia evolutiva, segundo Erica Burman (1999, p. 12), produz um intenso e “[...] poderoso impacto em nossas vidas e nos modos de pensar acerca de nós mesmos. Seus efeitos são tão grandes que com frequência determinadas características passam a ser entendidas como dadas, tornando-se quase imperceptíveis [...]”. A referência ao “imperceptível” repousa nos modos e na força dessa ciência para estruturar padrões de normalidade e de anormalidade, circunscrever etapas e indicadores do desenvolvimento, formas de classificação e organização de crianças, além de atuar na produção dos modos de intervenção estatal moderna que estão no centro das políticas assistenciais de proteção e atenção à infância.

Burman (1999) desenvolve importantes críticas à psicologia evolutiva no que se refere à discussão de gênero, uma vez que seus pressupostos sustentam, de forma importante, que o sucesso e/ou o fracasso do desenvolvimento infantil passam pelos processos de responsabilização das mulheres-mães. Elas são consideradas o ponto de partida para a promoção de “cidadãos/cidadãs democráticos”; portanto, os efeitos desse discurso são de longo alcance, ficando nas entrelinhas que qualquer ausência prolongada, desatenção ou

indisponibilidade materna não seriam aconselháveis para a formação de um ambiente seguro e protegido.

Entendo que assuntos relacionados com saúde, cuidado, estimulação, vínculo, contracepção, alimentação e higiene, tratados no âmbito de políticas de inclusão social, como o PIM, são em grande parte alicerçados na noção de “criança natural” desse discurso. Porém, a naturalização de funções específicas, como a materna, a fim de inserir as mulheres em estruturas normativas de gênero, também parte de argumentos contemporâneos que pretendem justificar, por exemplo, o desenvolvimento infantil e a atenção à infância enquanto investimentos sociais de redução da violência, visando a enxugar gastos e valendo-se até de justificativas da economia, como discuto a seguir.

Na base dos pressupostos que regem grande parte das políticas governamentais de educação e(m) saúde, postula-se a necessidade do desenvolvimento infantil saudável pautado, principalmente, por discursos científicos e formas de intervenção dirigidas às famílias, devendo resultar desses investimentos a redução dos índices de violência, desigualdade e de exclusão social. No que se refere ao PIM, um detalhado aparato pedagógico voltado ao desenvolvimento infantil saudável pretende constituir importantes espaços de veiculação e articulação de estratégias educativas dirigidas aos/às profissionais que atuam (técnicos/as, monitores/as e visitantes/as) com as famílias-alvo. Isso ocorre tanto por elaboração e uso sistemático de manuais e guias destinados a esses segmentos,⁸ quanto por capacitações, visitas domiciliares e reuniões grupais e comunitárias sistemáticas.

Entendo que esse modelo de educação para as famílias também segue pautado pela crença no poder modelador da educação na infância, mediante estratégias de intervenção nos comportamentos, hábitos, corpos e formas de organização familiar. Com esse argumento, busco dar visibilidade a práticas preconizadas e/ou desenvolvidas no âmbito do PIM que atuam no sentido de nos fazer compreender que a resolução de problemas sociais contemporâneos – como, por exemplo, a exclusão social e a violência – passa, dentre outras coisas, também pela compreensão do funcionamento do cérebro infantil, para

⁸ São gestantes, crianças de até 36 (trinta e seis) meses e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; crianças de até 72 (setenta e dois) meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada. (RGS, s/da, p. 3).

pautar intervenções de ordem educativa. Concebe-se que a eliminação de comportamentos tomados como indesejáveis é perpassada, necessariamente, por investimentos e mudanças no âmbito familiar, sobretudo no que se refere à atuação das mulheres enquanto mães. Esse é o tópico da próxima discussão.

Apostando na maleabilidade da infância como “projeto de futuro”

Parto do argumento de que “o desenvolvimento integral e o crescimento saudável das crianças” no âmbito do PIM (RGS, 2016, p. 9) se configuram na trama do social, da cultura, da história e da política, a fim de se investir na infância como um “projeto social e de futuro” (RGS, 2007). A realização desse investimento na primeira infância é justificada no âmbito do PIM quando, por exemplo, se promovem ações como o “I Simpósio Internacional: A Primeira Infância no Desenvolvimento Econômico Sustentável”, que ocorreu no dia 13 de março de 2006, objetivando “sensibilizar instituições públicas e privadas para o investimento na primeira infância” (PIM Informa, 2006, p. 1)⁹. Nessa ocasião, o Simpósio contou com a presença de James J. Heckman, Prêmio Nobel de Economia do ano de 2000. Para ele:

Cada dólar investido em uma criança em idade pré-escolar é capaz de gerar no futuro, uma economia de até 8 dólares. Segundo Heckman, isso ocorre pelos seguintes motivos: estimulação adequada de capacidades cognitivas e socioemocionais; promoção da escolaridade (menos evasão e repetência); e em consequência, redução da criminalidade; melhor qualificação da mão-de-obra; menos gastos com treinamentos; redução de programas de reabilitação de presídios; menos gastos com segurança pública; menos subsídios com saúde/educação (PIM Informa, 2006, p. 1).

Podemos observar de que forma os discursos da economia, apostando em uma relação linear de causa-efeito, passam a ser incorporados por propostas governamentais que tratam de renovar argumentos e justificativas para afirmar que os investimentos públicos na primeira infância são os que apresentam maior e mais amplo retorno social. A justificativa de Heckman para investir na primeira infância é social, mas, sobretudo, econômica; isso porque gastar com

⁹As informações que constam nesse informativo, não estão mais presentes no site do PIM/RS, mas foram (re)atualizadas no documento: Como investir na primeira infância: um guia para a discussão de políticas e a preparação de projetos dedesenvolvimento da primeira infância. (NAUDEAU, 2011)

a criança em idade pré-escolar hoje implicaria futuramente a redução da criminalidade e dos gastos com treinamentos e programas de reabilitação, gerando uma economia que pode ser até quantificada: “cada dólar investido em uma criança em idade pré-escolar é capaz de gerar no futuro, uma economia de até 8 dólares”. Para enfatizar a importância de investir em políticas como o PIM, acrescentou ainda: “crianças bem estimuladas, com famílias bem preparadas, com maior nível de informação, têm mais facilidade de aprendizado, formando uma geração mais produtiva e melhor preparada para o mercado de trabalho” (PIM Informa, 2006, p. 1). Assim, quando o Prêmio Nobel de Economia profere frases como essas, ele faz circular enunciados extraídos de (e organizados em) diferentes formações discursivas relacionadas aos campos da educação, da psicologia, da medicina; como ele deixa explícito, esses enunciados são incorporados tanto pela economia quanto pelas políticas públicas.

Em 2005, por ocasião da divulgação da pesquisa intitulada¹⁰ “Educação da Primeira Infância”, da Fundação Getúlio Vargas (FGV),¹¹ o jogo entre as enunciações em torno da educação na primeira infância – “Combate à pobreza começa na infância”,¹² “Aposta para o futuro”,¹³ “Pré-escola reduz desigualdade”,¹⁴ – foi explicitado e multiplicado nas manchetes de jornais, (re)afirmando um modo particular e, eu diria, contemporâneo de investir e pensar na infância. Segundo a argumentação do estudo citado acima, apresentado no seminário sobre educação organizado pela FGV, o investimento na educação nos primeiros anos de vida é o que mais dá retorno à sociedade, pois as crianças que frequentam a educação infantil têm melhor desempenho no estudo e no mercado de trabalho, menores chances de envolvimento na criminalidade e até na redução de gravidez na adolescência (KLINGL, 2005).

Nas palavras de Heckman, “o principal fator da pobreza, e tenho certeza de que isto deve ser ainda mais verdadeiro no caso do Brasil, são as diferenças

¹⁰ O estudo foi realizado por Flavio Cunha e James Heckman. Dados dessa pesquisa apontam para a “infância fora da escola”. De 0 a 3 anos: População total: 13.030.942. Frequentam creche: 9,43 %. Não frequentam: 90,57%. De 4 a 6 anos: População total: 10.085.811. Frequentam a pré-escola: 61,36 %. Não frequentam a pré-escola: 38,63%.

¹¹ O Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, valeu-se dos dados das PNADs e dos censos do IBGE dessa época para a realização da pesquisa.

¹² *Jornal A Tarde* (BA) Nacional, p. 17. 17.11.2005.

¹³ *Jornal Correio Brasiliense*, p. 14, Brasil, 17.11.2005.

¹⁴ *Jornal do Comércio*, p. 1-12, País, 17.11.2005.

nos ambientes familiares e a influência disto no desempenho educacional” (PRÉ-ESCOLAR..., 2005). Aqui se torna importante indagar sobre o lugar que o sujeito que fala pode ocupar – a voz de especialista –, bem como sobre as modalidades enunciativas que são acionadas para validá-la: são relatórios, dados estatísticos, observações e proposições teóricas de diferentes campos. Há, portanto, que se pensar no que faz sentido para que um/a “especialista” possa reconhecer-se nesse enunciado, e não em outro. Apesar da contundência de Heckman em suas afirmações sobre a educação infantil, transformada em um ícone de progresso, o então ministro da educação, Fernando Haddad, explicita que os investimentos no Brasil ocorrem no sentido oposto do que é indicado pelo pesquisador americano. Ele observa que, de acordo com a pesquisa citada pela FGV, a frequência a creches das crianças de 0 a 3 anos se concentra entre os 20% mais ricos, atingindo 21,64% destes e apenas 5,3% dos 20% mais pobres.

Pode-se dizer, então, que a chamada economia no futuro, divulgada por Heckman, está longe de concretizar-se, pois os números acionados pelo ministro visibilizam que o investimento feito hoje na primeira infância mediante serviços e políticas educacionais ainda é baixíssimo. A partir da fala do ministro, também se pode dizer que é em razão da incapacidade do Estado em oferecer educação infantil de qualidade às crianças pobres de 0 a 6 anos que se criam (e passam a tomar notoriedade e força) políticas públicas de inclusão social, como o PIM e o Criança Feliz, focalizadas e compensatórias, voltadas às famílias pobres, pressupondo uma mãe em casa em tempo integral.

Pode-se dizer que tanto os espaços quanto as fronteiras da política vêm se expandindo, passando a ocupar um lugar central para a organização e a constituição das sociedades contemporâneas. Para Cris Shore e Susan Wright (1997), as políticas estão presentes em todas as áreas da vida contemporânea, atuando nas formas de constituição da subjetividade – daí ser virtualmente impossível ignorá-las. Mais do que isso, de modo crescente, as políticas vêm conformando modos de viver individuais e coletivos. Nessa lógica, as autoras acrescentam:

Através da política, o indivíduo é tomado e categorizado a partir de estatutos ou leis, como “sujeito”, “cidadão”, “profissional”, “membro de uma nação”, “criminoso” ou “desviante”. A partir do nascimento até a morte, as pessoas são classificadas, formatadas e ordenadas de acordo com as políticas, mas elas (as pessoas), podem ter pequena compreensão e controle sobre estes processos. O estudo da política conduz para um debate central na antropologia: normas e instituições, ideologia e consciência,

conhecimento e poder, retórica e discurso, significado e interpretação, o global e o local – para mencionar alguns (SHORE; WRIGHT, 1997, p. 4).

Ao tomarem as políticas como conjuntos de métodos e táticas que funcionam como meio de governar e regular os indivíduos e a sociedade, Shore e Wright (1997) indicam que as políticas tratam de mobilizar, difundir e multiplicar estratégias linguísticas e de legitimação capazes de atuar na construção de assuntos ou temas de interesse, como a infância. A configuração desses temas pode afetar e constituir novos campos de subjetividade, representações e identidades sociais no mundo contemporâneo. As autoras (1997) ainda apontam que, frente à existência dos problemas sociais contemporâneos, as políticas também introduzem formas particulares de definir e de solucionar as questões sociais. Muitas vezes, operam como se existisse apenas uma solução possível, ignoram a complexidade presente na cultura e silenciam acerca de outras possibilidades de pensar e agir.

Ampliando argumentos que defendem a educação como fator primordial de inclusão social e a posicionam como força motriz do desenvolvimento infantil na primeira infância, o Prêmio Nobel de Economia ainda faz uso de argumentos referentes a pesquisas sociais e neurológicas que mostram que:

Tanto em um caso como no outro, a capacidade de moldar [certas] faculdades é muito maior nos primeiros anos de vida do que posteriormente, e que elas dão toda a base para o desenvolvimento educacional, profissional e social posterior da pessoa. A faculdade cognitiva é menos moldável que a não-cognitiva, mas ainda assim ela pode ser positivamente influenciada bem no início da vida, a partir dos primeiros meses [...]. As faculdades não-cognitivas, por outro lado, são muito influenciáveis pelo ambiente social até os 20 anos, mas essa maleabilidade é muito maior nos primeiros anos de vida (PRÉ-ESCOLAR..., 2005).

A maleabilidade do cérebro infantil, proposta pelo economista, é diferenciada por faculdades cognitivas e não-cognitivas. As primeiras referem-se à inteligência; ao serem apresentadas como menos moldáveis, colocam o desenvolvimento cognitivo na esfera do inato, parecendo justificar um investimento menor. Já as faculdades não-cognitivas, muito influenciáveis pelo ambiente social, representam nesse contexto a necessidade de investir em uma espécie de educação dos sentimentos e dos comportamentos, moldando os

indivíduos de acordo com os objetivos governamentais. Mais uma vez, torna-se importante pensar nos efeitos que afirmações como essas podem produzir na vida dos sujeitos envolvidos – geralmente, o segmento mais pobre da população.

Em um material (PowerPoint) utilizado para a realização e divulgação de capacitações do PIM no Estado, intitulado “Por que investir na primeira infância”, vê-se em um gráfico como se produz o argumento que alia, de um lado, o conhecimento e o investimento no desenvolvimento cerebral como forma de “moldar” a primeira infância para, de outro, indicar que tais (conhecimentos e) investimentos incidirão na diminuição dos gastos públicos. Isso converge com a fala do Prêmio Nobel de Economia: “nós não podemos nos dar ao luxo de adiar o investimento nas crianças até que elas se tornem adultos, nem podemos esperar até que elas entrem na escola – pois pode ser muito tarde para intervir” (HECKMAN, *apud*, MUSTARD, 2008).

DESENVOLVIMENTO DO CÉREBRO – OPORTUNIDADE E INVESTIMENTO

Formação de circuitos e desenvolvimento do cérebro



Desse modo, a configuração de alguns problemas e de explicações sociais é conectada ao terreno da biologia, e é por meio de justificativas baseadas nos campos da neurociência (e da economia, por exemplo) que se

constrói uma relação causal e reducionista para explicar sua existência, localizando-os na constituição biológica do indivíduo, que, em sua tenra idade, é um sujeito maleável. No contexto dessa discussão, isso se traduz ao considerar-se que uma criança que não se escolariza ou se torna um/a infrator/a devido a problemas neurológicos ocorridos durante a gravidez ou à falta de estímulo na primeira infância, fruto do abandono e/ou da negligência materna. Em grandes linhas, pode-se dizer que o determinismo neurogenético, defendido no âmbito do PIM, vem reproduzindo e ampliando relações diretas entre a biologia e comportamento (ROSE, 1997).

O investimento no desenvolvimento da primeira infância deve assumir caráter de “projeto de futuro”, encontrando justificativas no discurso da neurociência e fazendo circular enunciados que não apenas constroem a noção de maleabilidade do cérebro infantil, mas a colocam no centro dos debates sociais, quase como condição para a redução da violência, da gravidez na adolescência e de outros problemas sociais. Inspirando-me em Fischer (2001), analiso esse enunciado a partir de quatro elementos básicos: 1) trata claramente de um referente, no caso, a infância, como base ou alicerce para o futuro, relacionando-a à capacidade de ser moldada e “positivamente influenciada”; 2) tem um sujeito capaz de afirmar isso como pesquisador, conferencista e Prêmio Nobel de Economia; 3) o enunciado existe na relação com outros enunciados, que podem ser do mesmo discurso, no caso, da neurociência, ou estar em correlação com outros discursos, como, por exemplo, da educação, da puericultura, das políticas maternalistas, da economia ou da psicologia do desenvolvimento, que também preconizam o investimento na infância como um projeto de futuro; 4) e, por fim, a concretude do enunciado faz com que ele se multiplique em textos jornalísticos, relatórios de pesquisa, manuais e guias de políticas governamentais e documentários, bem como na fala de médicos/as, pedagogos/as, psicólogos/as, gestores/as, visitantes/as, mulheres-mães, etc.

Um enunciado caracteriza-se pela sua relação e aproximação com outros enunciados. Ele não é neutro, tampouco livre e independente; ele atua no meio de outros, neles apoiando-se ou deles distinguindo-se. Assim, “ele se integra sempre em um jogo enunciativo [...] não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão” (FOUCAULT, 2000a, p. 114). Enunciados e interconexões referentes à infância e à maternidade são o que busco indicar no decorrer deste artigo.

Os argumentos defendidos pelo economista e pesquisador americano integram-se a outros, evidenciando atualizações e modificações de um caminho já trilhado no âmbito de programas e políticas cunhados no início do século XX. A infância e a maternidade tornaram-se um assunto de Estado, acionado sob a justificativa de melhoramento da nação a partir de pressupostos eugênicos e higienistas (ROCHA, 2003) em que, sobretudo, as mulheres-mães dos segmentos mais pobres da população têm sido interpeladas. Modernos mapeamentos cerebrais mostrariam que é possível “moldar a infância” dentro de casa e operar na diminuição e/ou equacionamento da pobreza, da exclusão e da violência social. São investimentos que, segundo Meyer (2009), não apenas dão corpo a ações programáticas que incorporam a responsabilização com a infância, como também atuam para desenvolver programas educativos com vistas a ampliar essas responsabilidades e capacitar as mulheres para o seu exercício.

Nessa linha, o tema da infância, aliado ao da maternidade e de uma nação mais próspera e justa, prolifera e adquire força tanto nos documentos do PIM quanto na fala de seus/suas gestores/as e técnicos/as em seminários, reuniões e visitas domiciliares. O documentário “Primeiros Passos”,¹⁵ realizado pela TV pública BBC de Londres, exalta as ações do PIM na periferia do município de Caxias do Sul/RS como política pública brasileira que investe na primeira infância. Para isso, conta com depoimentos do ex-secretário de saúde do Estado, de visitadoras e médicas que compõem aquela rede de saúde, da professora que recebe as crianças posteriormente na rede escolar, do diretor da UNESCO, do diretor da Fundação de Atendimento Sócio Educativo (FASE) e das mães, que assumem suas “falhas” ao criarem sujeitos que se tornam violentos e a necessidade de aprender e incorporar o que lhes é ensinado.

No documentário, Carol, com 18 meses, moradora daquele município, agora pode ampliar suas “possibilidade[s] de ter um futuro melhor”; vejamos como isso foi abordado:

Apresentadora: Crescer pode ser perigoso no Brasil: se você evitar ser preso, ficar doente e ser expulso da escola, ainda há a dura verdade de que a cada 15 minutos alguém morre com um tiro de arma de fogo, sendo que a maioria das vítimas tem menos de 25 anos. Por todo o mundo, está comprovada a ligação entre a falta de realização pessoal com o crime, e estima-se que existem

¹⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cvR6br-MQog>

cerca de 200 milhões de crianças com menos de cinco anos que não se desenvolvem por falta de saúde, de educação e alimentação. Os primeiros anos na vida de uma criança são essenciais para o seu desenvolvimento. Carol tem 18 meses, faz parte do Programa e está desenvolvendo todas as suas habilidades. Crianças que começam cedo como Carol têm a possibilidade de ter um futuro melhor (PRIMEIROS..., s/d).

Nas entrelinhas de justificativas para uma “primeira infância melhor”, articulam-se investimentos em torno da politização da maternidade, o que, nesse contexto, se traduz em uma retórica baseada no estímulo e na importância de a mulher-mãe ser e fazer diferente, ou seja, ela é alguém que necessita melhorar e aperfeiçoar-se sempre – “conversar mais”, ser “uma amiga” das crianças, “não bater” –, diferentemente do que ela fazia antes de conhecer o PIM. Nesse processo, delineia-se, de um lado, um determinismo que coloca a primeira infância como uma etapa decisiva da vida, capaz de gerar e definir as relações sociais futuras; de outro, a necessidade da existência de um determinado sujeito mãe que deverá tornar-se capaz de investir, amar, educar e “moldar” o sujeito infantil. Para a concretização desse projeto, as mulheres pobres, oriundas de locais ditos “vulneráveis”, são posicionadas como “ignorantes” e sem “nenhuma noção do que fazer” em relação à educação dos/as filhos/as, sendo classificadas numa escala inferior em relação à maternidade hegemônica. O documentário pretende esclarecer como se dá a atuação e quais são os efeitos da metodologia PIM em ação, ou seja, quais são as prescrições que as mulheres precisam assumir e o que fazer para “mudar completamente” suas histórias:

Apresentadora: Denise tem 26 anos. Ela e sua família moram em Diamantina, um dos bairros mais pobres de Caxias do Sul, uma cidade no Sul do Brasil. Denise e seu marido têm quatro crianças. Letícia, que tem nove anos, Alexandre com sete, Giovane, que tem três anos, e Carol. Denise entrou para o Programa dois anos atrás, quando Giovane tinha um ano e meio. Com o Programa, ela aprendeu a dar mais atenção e estimular seus filhos através de brincadeiras.

Denise (mãe): A Letícia, eu não tinha nenhuma noção do que fazer. Eu só passeava com ela. Agora eu mudei completamente, pois estou dando mais atenção para as crianças. Eu não bato nelas, eu converso com elas. Eu falo com os mais velhos muito mais do que antes. Eu não sou uma inimiga das crianças, e sim uma amiga (PRIMEIROS..., s/d).

A mulher, geralmente e “naturalmente” apresentada como sensível, amorosa e protetora, aqui é representada como a “mãe” que pode bater e ser

potencialmente uma agressora. Rompe-se uma linearidade que historicamente liga o feminino ao cuidado e o masculino à violência.

Levando em conta as análises de gênero, Sarti (2009) aborda a construção da violência como um problema de saúde, buscando refletir sobre as possíveis implicações (dessa construção) para a formulação de políticas públicas. Com base no estudo sobre o atendimento à violência em um hospital municipal de emergências na cidade de São Paulo, a autora reflete sobre a “produção da vítima”, baseada numa inteligibilidade da violência que se institui na área da saúde e que passa a reconhecer a criança, a mulher, o/a idoso/a e o/a homossexual como passíveis de sofrerem o ato violento, com base na compreensão de que esses indivíduos são “naturalmente” vulneráveis. Isso nos conduz a pensar que, ao configurar-se a “vítima”, de outro lado, se estabelece quem é o “agressor” com base em um recorte de gênero e idade que passa a pautar a lógica e o desenho dos serviços, da organização e dos/as profissionais relacionados/as ao atendimento. Desse modo, essencializa-se o masculino relacionado à violência, tornando impensável vê-lo como vítima ou submetido a algo que não seja da sua vontade. Importa reconhecer, nessa configuração de gênero, “a visibilidade da violência associada à cristalização de identidades particulares” (SARTI, 2009, p. 100), o que passa a reiterar e legitimar determinados comportamentos (violentos), práticas sociais, sociabilidades, responsabilidades e a própria configuração de políticas públicas a partir desses pressupostos.

As discussões voltadas para a necessidade de investir nos primeiros anos de vida como determinantes para a redução dos índices e gastos com a violência tornaram-se explícitas e repetidas nas diversas ações do PIM dirigidas aos/às técnicos/as, monitores/as e visitantes/as. A partir dos títulos de algumas ações, podemos perceber como vai se estabelecendo essa relação: “A ludicidade na prevenção da violência”, que serviu de chamamento ao IV Encontro Estadual de Visitadores, ocorrido em 28 de abril de 2009; e “Políticas integradas para prevenção da violência e promoção da vida”, título do IV Seminário Internacional da Primeira Infância, que ocorreu em 22 de novembro de 2007, durante minha inserção no campo (participação que utilizei para registrar, complementar e aprofundar as observações e discussões da pesquisa).

Neste último encontro, recorrendo à projeção de imagens do cérebro, o ex-secretário da saúde Osmar Terra falou ao público sobre o desenvolvimento neuronal da criança – no singular –, que, segundo ele, evoluiu ao longo de
--

quatro mil anos. Para ilustrar, falou sobre o processo de evolução natural do ser humano, que, em função da necessidade de utilizar-se mais da razão, teve a caixa craniana aumentada; ao começar a caminhar e ficar de pé, sua bacia também precisou se adaptar. Ao definir o desenvolvimento infantil com base em teorias evolucionistas, prosseguiu descrevendo a importância do chamado vínculo mãe-bebê, dizendo: “ao nascermos, a passagem é muito estreita, por isso, o cérebro necessita terminar sua formação na primeira infância. Primeiro, a comunicação é não-verbal, são expressões em que a criança possui um programa psíquico para entrar em sintonia com a mãe, um sente o que o outro sente”; e prosseguiu: “a agressividade está diretamente relacionada a transtornos psiquiátricos, abuso de substâncias e ao ambiente no qual o/a cuidador/a negligencia a criança” (DC 22.11.2007).

Para Maria Cecília Minayo (2003), o fenômeno da violência é complexo, relacional, polissêmico e controverso, não podendo ser visto de forma simplificada. Deixar de refletir sobre a violência em seus aspectos de historicidade e de profunda imbricação sociocultural direciona-nos a uma leitura reducionista e unilateral. A violência, especialmente nas formas de delinquência e criminalidade, em geral é vista “como uma ‘produção autônoma’ [e individual] de determinados atores (sobretudo os pobres e habitantes das periferias), sem nenhuma vinculação com outras questões nacionais” (MINAYO, 2003, p. 32). Isso fica marcadamente expresso nos excertos do documentário feito pela BBC de Londres que enfocam os investimentos públicos em famílias pobres pertencentes ao PIM, bem como na abordagem de alguns gestores públicos, conforme busco demonstrar.

No âmbito do PIM, como política pública que investe no desenvolvimento infantil, o principal foco para a explicação da violência social (e estrutural) é a mulher-mãe que não cumpre “corretamente” suas funções; a importância da díade mãe-bebê é ressaltada, bem como a necessidade da sintonia – em que “ambos devem formar um só” (DC 22.11.2007). A mãe precisa dar sustentação ao bebê por meio do olhar, da interpretação dos seus sentimentos, das sensações, e é a ênfase nessa díade que prevenirá muitas doenças mentais. A legitimidade científica e moral desse discurso ganha força, sendo assumida por Osmar Terra, médico e ex-secretário estadual da saúde, e também pelos *Guias* que subsidiam a implantação do PIM e a capacitação de seus profissionais:

Inúmeros estudos científicos comprovam que é nos primeiros anos de vida – em especial de 0 a 3 anos de idade – que nós, seres humanos, desenvolvemos 90% de nossas conexões neuronais. Nosso cérebro tem, nesse período, seu momento de maior expansão e capacidade de desenvolvimento. Portanto, é nessa etapa de vida – que se estende até os 6 anos de idade – que os estímulos, responsáveis por promoverem habilidades e competências, devem ser incentivados com qualidade (RGS, 2007, p. 08).

Os argumentos apresentados para o desenvolvimento da infância estão fundamentados por “inúmeros estudos” ou “pesquisas científicas” e atestam que “o investimento na primeira infância contribui para a sensível redução dos índices de evasão e repetência escolar, de criminalidade, de necessidade de programas de reabilitação de presidiários e jovens infratores, além de contribuir para a redução de gastos com a segurança pública, saúde e educação” (RGS, 2007, p. 08). Ao participar do Seminário, observei que, mesmo reunindo palestrantes de diferentes localidades do mundo, se falava sobre a infância (e a maternidade) como um universal, regida por conhecimentos e princípios reguladores comuns, veiculados por organismos internacionais como UNESCO e UNICEF, por exemplo. Dimensões relacionadas ao desenvolvimento humano, às chamadas competências familiares, à violência e à pobreza não eram particularizadas.

Para “incentivar [as crianças] com qualidade”, torna-se necessário analisar a produção de uma pedagogia voltada às mulheres que está diretamente envolvida com uma visão política. Ao “comprovar-se” que é nos primeiros anos de vida que a criança desenvolve 90% da sua capacidade neuronal e que é, portanto, nessa etapa de vida que ela precisa receber os “estímulos adequados”, pretende-se produzir um sujeito capaz de ordenar-se e de estruturar ações em torno dessas afirmações. Olhando criticamente a pedagogia aqui proposta, podemos reconhecer que ela alia poder, conhecimento e autoridade, também sublinhando “quem tem controle sobre as condições para a produção de conhecimento” (GIROUX, 1995, p. 138).

Como forma de legitimar esse conhecimento científico e interpelar as mulheres presentes no Seminário, Osmar Terra endossou, ainda, que a sua permanência na Secretaria da Saúde do Estado (Governo Germano Rigotto para Yeda Crusius) ocorreu em função da relevância e da

necessidade de continuidade de uma política como o PIM, em prol da primeira infância. Para ampliar a força do seu argumento e interpelar as mulheres nas ações previstas, disse: “ao olhar para a plateia, posso ver uma questão de gênero”, pois a grande maioria envolvida no trabalho do PIM eram mulheres (DC 22.11.2007).¹⁶ Com isso, estabeleceu uma relação causal entre o tema do encontro – “Políticas integradas para prevenção da violência e promoção da vida” – e a presença predominante de mulheres, além de fazer uso de dados estatísticos para indicar que a população carcerária e a violência são marcadamente masculinas. Acrescentou o ex-secretário: “as mulheres são menos violentas e em número muito reduzido nos presídios”. Com o uso dessa retórica, reafirmou que funções de cuidado e de educação de crianças são naturalmente femininas, endossando a presença das mulheres naquele encontro, bem como o direcionamento das propostas e ensinamentos a elas. Em nenhum momento, a predominância feminina no encontro, os efeitos desse tipo de educação para a vida de homens, mulheres e crianças, nem o reduzido número de homens presentes no encontro foram problematizados; também não se enfatizou a necessidade de enfrentar as causas estruturais da pobreza, a diminuição das desigualdades sociais ou as consequências de políticas calcadas em uma racionalidade neoliberal.

Pode-se pensar que a discussão da violência, nesse contexto, nos coloca diante de um paradoxo interessante. Ao mesmo tempo que as mulheres são apresentadas como menos violentas e mais voltadas para as funções do cuidado infantil, também são elas, principalmente, que passam a ser responsabilizadas tanto pela presença da violência na vida de crianças e jovens, quanto por sua transformação em seres violentos.

Conforme indiquei, utilizando-se da “comprovação” consolidada por argumentos científicos, Osmar Terra cita a “realização de pesquisas” com crianças que foram estimuladas, indicando o quanto elas são mais saudáveis e menos agressivas. Assim, sustenta a ênfase colocada na diáde mãe-bebê, pois é

¹⁶ No IV Encontro Estadual de Visitadores, ocorrido em 28 de abril de 2009, “A ludicidade na prevenção da violência”, Osmar Terra fez alusão ao trabalho das mulheres, proveniente de uma suposta “alma feminina”. No momento em que um gestor (homem) se pronunciou sobre a importância do investimento na primeira infância, ele logo tratou de frisar ao público: “eis um homem com alma feminina”.

por meio dela que ocorrerá a prevenção das doenças mentais e a redução do uso de drogas. O ex-secretário conclui sua fala no Seminário:

“A cuidadora abusiva não apenas não brinca, mas causa sérias lesões na criança e no seu futuro, pois é nessa época que se formam as sinapses. Podemos constatar, através do exame da saliva de crianças órfãs, do cortisol, como seu *stress* vai crescendo”. Durante o encontro, ainda foi mostrado um filme sobre antigos orfanatos da Romênia, onde os bebês eram tratados como numa linha de produção, apresentando mais tarde lesões cerebrais e morte neuronal. Foi dito que essa forma de tratamento ocasionava o que conhecemos hoje como *serial killers*. Cérebro de assassinos múltiplos. Para concluir sua fala, o ex-secretário mostrou uma imagem e disse: “olha aí o que resolve tudo. A mãe e seu bebê, e o PIM é o Programa que trabalha isso”. Nisso, ouço a plateia feminina aclamá-lo com palmas, numa espécie de conversão e (re)afirmação do que estava sendo dito. (DC 22.11.2007)

Dessa maneira, estaria no cérebro infantil, acionado pela maternidade competente, a chave para o futuro da nação e da sociedade. É diante das imagens do cérebro que o médico, com a autoridade que lhe é outorgada na cultura contemporânea, procura ensinar-nos uma suposta origem da violência, ou seja, um “como” e “quando” um indivíduo humano começa a tornar-se um sujeito violento. Ao dizer que a “cuidadora abusiva não apenas não brinca, mas causa sérias lesões na criança e no seu futuro”, trata ao mesmo tempo de responsabilizar, fundamentalmente, as mulheres-mães pelo futuro de crianças, além de fazer circular significados relacionados com abandono, negligência, incapacidade e culpa.

A discussão sobre a maleabilidade do cérebro coloca a possibilidade de manipulá-lo como uma matriz onde o sujeito será gerado, ficando nas entrelinhas que bastam bons hábitos, força de vontade, responsabilidade e autorregulação do “cuidador”, sempre representado pela mãe. Caso contrário, ganha força, nesse contexto específico, a noção de déficit, da falta de investimento, expresso como falta de cuidado ou como negligência materna. Pode-se dizer que o movimento que ocorre no âmbito do PIM trata de “despolitizar as tensões estruturais”, ao mesmo tempo que recai sobre as mulheres-mães e visitadoras a ênfase da intervenção, pois a elas caberá “combater o desajuste social” (SCHUCH; FONSECA, 2009, p. 16).

A partir do excerto, interessa pensar, ainda, em como se produz uma forma de conhecer o interior, assim como uma forma de criar uma

interioridade, tanto do sujeito violento quanto da mulher que deve (ou não) ocupar seu lugar de cuidadora, tornando visíveis e dizíveis possíveis respostas para questões eminentemente sociais. Essa forma de conhecer o indivíduo irá “provar” que está no cérebro, associada ao comportamento materno, a “verdade” sobre o sujeito violento ou não. Como indica Steven Rose (2006), as ciências e as suas linguagens produzem os argumentos, métodos e técnicas que nos conduzem a pensar sobre o que é normalidade e patologia e em como estas podem ser localizadas em nossos cérebros. Desse modo, penso que se produzem novos domínios a serem explorados, conhecidos, mensurados, administrados e regulados de acordo com as formas com que os indivíduos se relacionam no mundo social, onde aspectos da conduta humana e os fatores que a afetam passam a ser explicados pelos campos do conhecimento científico. Neurociência, medicina ou psicologia, baseadas no uso de testes, cálculos e tecnologias de visualização, produzem explicações unidirecionais e/ou generalizantes, descrevem fases de desenvolvimento por aproximações ou distanciamentos de “fatores de risco”, ou seja, pela produção de uma exatidão científica revestida de legitimidade, neutralidade, profissionalismo e objetividade, possibilitando o escamotear de relações sociais assimétricas de poder.

Para concluir...

Educar as mulheres para “suprir todas as necessidades da criança” desde a gestação e para atuar na redução da violência, na redução da mortalidade infantil e na ampliação da escolarização, entre outros objetivos, torna-se um imperativo para a vida dessas mulheres e produz efeitos muito concretos em suas vidas, pois são elas que necessitam realizar, periódica e sistematicamente, uma extensa agenda que envolve cuidados com o corpo, com o feto e com o bem-estar de todos os membros da família. A negação dessas responsabilizações por parte da mulher incidirá em um tratamento diferenciado por parte da equipe de saúde, da escola ou das políticas públicas, como o PIM, por entenderem e legitimarem as mulheres-mães como (co)responsáveis com o Estado pela geração de uma infância saudável.

Além de indicar quem está autorizado a falar sobre saúde e desenvolvimento infantil, pode-se dizer, ainda, que é a partir da dispersão, da multiplicidade e da polifonia de vozes que podemos reconstruir as unidades do discurso. É possível perceber, a partir dos excertos, que o “elemento

unificador” foi a discussão em torno da infância (mesmo na gestação) e, por meio dela, de uma determinada forma de construir e investir na maternidade.

Finalizo trazendo um elemento importante a ser considerado nesta análise, o qual se refere aos processos que investem, no âmbito das políticas contemporâneas de inclusão social, na construção de sentidos e na formação da seguinte equação: presença materna = desenvolvimento infantil saudável. Essa equação é marcada também pela presença de marcadores sociais que delimitam seu endereçamento: classe social, violência e gênero.

Referências

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª edição. RJ: LTC Editora, 1981.

BIAGGIO, Ângela M. Brasil. *Psicologia do desenvolvimento*. 9º ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social, Criança Feliz, Guia Para Visita Domiciliar, 2ª versão. Jun/2017.

BUJES, Maria Isabel. *Infância e maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BURMAN, Erica. *La desconstrucción de la psicología evolutiva*. Madrid: Vision, 1999.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 114, p.197-223. Fundação Carlos Chagas, nov. 2001.

GIROUX, Henry A. Memória e pedagogia no maravilhoso mundo da Disney. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

KLEIN, Carin. *Biopolíticas de inclusão social e produção de maternidades e paternidades para uma “infância melhor”*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

_____. Educação de mulheres-mães pobres para uma "infância melhor". *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2012, vol.17, n.51, pp.647-660.

KLINGL, Erica. Aposta para o futuro. *Jornal Correio Braziliense*, p. 14, Caderno Brasil, 17.11.2005.

MEYER, Dagmar. Corpos maternos pobres: processos educativos “de inclusão social” contemporâneos. In: *4º Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade*. Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande/RS: 2009.

MINAYO, Maria Cecília. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, Maria Cecília; SOUZA, Edinilsa (orgs.). *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. RJ: Editora Fiocruz, 2003: 23-47.

MUSTARD, Fraser. O desenvolvimento humano precoce define a base para o posterior desenvolvimento. In: *V Seminário Internacional da Primeira Infância*. (Material apresentado em Power Point). 2008.

NAUDEAU, Sophie et al. *Como investir na primeira infância: um guia para a discussão de políticas e a preparação de projetos de desenvolvimento da primeira infância*. Tradução: Paola Morsello. Washington, DC: The World Bank, 2010; São Paulo: Singular, 2011. Disponível em: file:///C:/Users/Carin/Desktop/Crian%C3%A7a%20Feliz/Como_Investir_na_Primeira_Infancia.pdf Acesso em: 13 abr 2018

PIM Informa, 2006, p. 1.

PRÉ-ESCOLAR pode combater desigualdade. *Jornal Tribuna da Imprensa*, p. 7, 17.11.2005.

PRIMEIROS Passos, Caxias do Sul: TV pública BBC de Londres, Documentário. Disponível em: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cvR6br-MQog> Acesso em: 13 abr 2018.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Saúde, Programa Primeira Infância Melhor, *Guia da Família*, 7ª ed. POA. CORAG, 2016.

_____. Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Programa Primeira Infância Melhor. *Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador. Contribuições para políticas na área do desenvolvimento infantil*. Porto Alegre: Relâmpago, 2007. 70 p.

RIO GRANDE DO SUL, Secretária Estadual da Saúde. Programa Primeira Infância Melhor. *Pressupostos Teóricos*. Disponível em:

<http://www.pim.saude.rs.gov.br/v2/o-pim/pressupostos-teoricos/> s/da.
Acesso em: 13 abr. 2018.

RIO GRANDE DO SUL, Secretária Estadual da Saúde. Programa Primeira Infância Melhor. *Programa Criança Feliz no RS*. Disponível em: <http://www.pim.saude.rs.gov.br/v2/programa-crianca-feliz-no-rs/> s/db. Acesso em: 13 abr. 2018.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. In: *Caderno Cedes*. Campinas: v. 23, n. 59, p. 39-56, abril 2003.

ROSE, Steven. A perturbadora ascensão do determinismo neurogenético. In: *Ciência Hoje*. v. 2, n. 126, p. 18-27, 1997.

_____. O cérebro do século XXI: como entender, manipular e desenvolver a mente. Ed. Globo, 2006.

SARTI, Cynthia. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Revista Latinoamericana, n.1, p. 89-103, 2009.

SCHUCH, Patrice; FONSECA, Claudia. Introdução. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico*. POA: Editora da UFRGS, 2009: 9-17.

SHORE, Cris; WRIGHT, Susan. *Anthropology of policy: critical perspectives on governance and power*. London: Routledge, 1997.

Recebido em 25/11/2017
Aprovado em 08/02/2018